



**EDITAL**  
**CREDENCIAMENTO Nº 002/2026**  
**INEXIGIBILIDADE Nº 039/2026**

**CHAMADA PÚBLICA nº 02/2026**

**AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL**

O MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO JACUIPE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob n. 14.222.574/0001-19, com sede à Praça Manoel Teixeira de Freitas, s/n, Conceição do Jacuípe -BA, representada neste ato pela Prefeita Municipal, a Sra. Tania Marli Ribeiro Yoshida, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no Art. 14, da Lei nº. 11.947, de 16 de junho de 2009, alterada pela lei nº. 14.660, de 23 de agosto de 2023, e nas Resoluções do vigentes do FNDE, no âmbito do PNAE, Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal 157/2024, através da Secretaria Municipal de Educação, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 30.845.445/0001-33, com sede na Rua Tucides de Moraes, 216, Centro, CEP: 44.245-000, Conceição do Jacuípe-BA, neste ato representada por seu Secretário, o Sr. Cristiano Pereira de Lira, vem realizar Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/Pnae, durante o ano letivo em curso, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, aplicando-se subsidiariamente no que couber a regulamentação federal correlata.

**OBJETO E ABERTURA DA SESSÃO:**

Aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis destinados a elaboração da Alimentação Escolar dos estudantes da Rede de Ensino Municipal de Conceição do Jacuípe - BA, conforme especificações constantes do Anexo II desta Chamada Pública.

O presente credenciamento se enquadra na hipótese prevista no art. 3º, inciso I, do Decreto Municipal nº 157, de 16 de maio de 2024, caracterizando-se como procedimento paralelo e não excludente, no qual é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

O credenciamento não obriga a Administração Pública à contratação, servindo apenas como forma de formação de cadastro de fornecedores habilitados, os quais poderão ser convocados conforme a necessidade, conveniência e disponibilidade orçamentária da Secretaria Municipal de Educação.

Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e projeto de venda, no período de **05/05/2025** até o dia **25/05/2026**, no site: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), informações podem ser obtidas presencialmente na sala



do setor de licitações, situada no Paço Municipal, Praça Manoel Teixeira de Freitas, s/nº, Centro, Conceição do Jacuípe / BA.

Os interessados poderão acessar o edital e seus anexos, no site: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

#### DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

O credenciamento dos interessados será realizado via rede mundial de computadores (Internet), através do sistema constante no endereço eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), a ser operacionalizado pela Comissão de Contratação nas dependências da Comissão de Licitação localizada na Prefeitura Municipal de Conceição do Jacuípe/BA, sediada na Praça Manoel Teixeira de Freitas, s/n, Centro, Conceição do Jacuípe, Bahia, CEP 44.245-000.

Poderão participar deste procedimento os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto do credenciamento que estiverem previamente cadastrados no sistema eletrônico de que trata o subitem anterior e que atendam as condições previstas neste Edital.

O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiros os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora do credenciamento por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema relacionado no subitem 3.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

Não poderão participar do credenciamento:

- aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- pessoa física ou jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



### DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação do objeto desta Chamada Pública correrão à conta dos recursos consignados na rubrica abaixo:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA EXECUTORA:

1101 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FONTE:

1.500.1001 - Recursos não Vinculados de Impostos

1.550.0000 - Transferência do Salário-Educação

1.552.0000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

PROJETO / ATIVIDADE:

2.021 - Manut. das Ações da Alimentação Escolar – Fundamental

ELEMENTO DESPESA:

3.3.90.30.00 - Material de Consumo

### FORMA DE AQUISIÇÃO E DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO:

No processo de aquisição dos alimentos, a Entidade Executora deverá comprar diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, conforme o art. 14 da Lei nº 11.947/2009 e art. 29 da Resolução FNDE nº 04/2026.

O valor global estimado do objeto desta chamada pública é de R\$ 1.956.033,33 (um milhão, novecentos e cinquenta e seis mil trinta e três reais e trinta e três centavos), de acordo com os valores de aquisição constantes do Anexo II.

A comprovação da aptidão dos beneficiários fornecedores será feita por meio da apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP ou Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF ou por outros documentos definidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em articulação com outros órgãos da administração pública federal, em suas respectivas áreas de atuação.

Para habilitação das propostas, exigir-se-a dos fornecedores da Agricultura Familiar os documentos prescritos nos §§§ 1º, 2º e 3º do art. 35 da Resolução FNDE nº 04/2026, conforme o caso, a seguir elencados:

1) Para os Fornecedores Individuais, detentores de CAF Pessoa Física, não organizados em grupo:

- cópia do CPF;
- cópia do extrato do CAF Pessoa Física, emitido nos últimos sessenta dias;
- projeto de venda com assinatura do agricultor participante;
- documentação em atendimento aos requisitos higiênico-sanitários, conforme o alimento a ser comercializado, nos termos dos arts. 40 a 42; e
- declaração de que os alimentos a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda.



2) Para os grupos informais, organizados em grupo por dois ou mais agricultores familiares:

- cópia do CPF;
- cópia do extrato do CAF Pessoa Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos sessenta dias;
- projeto de venda com assinatura dos agricultores participantes;
- documentação em atendimento aos requisitos higiênico-sanitários, conforme o alimento a ser comercializado, nos termos dos arts. 40 a 42; e
- declaração de que os alimentos a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda.

3) Para os Grupos Formais, organizados em associações e cooperativas:

- I - cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- II - cópia do extrato do CAF Pessoa Jurídica, emitido nos últimos sessenta dias;
- III - cópia da certidão de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- IV - cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;
- V - projeto de venda assinado pelo seu representante legal e demais participantes;
- VI - declaração de que os alimentos a serem entregues são produzidos pelos associados ou cooperados;
- VII - relação dos agricultores familiares participantes do projeto de venda, contendo o nome, CAF, valor e alimento;
- VIII - declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados ou associados; e
- IX - documentação em atendimento aos requisitos higiênico-sanitários, conforme o alimento a ser comercializado, nos termos dos arts. 40 a 42.

4) Dos Empreendedores Familiares Rurais - EFR:

- I - cópia do CNPJ;
- II - cópia do extrato do CAF Pessoa Jurídica do EFR, emitido nos últimos sessenta dias;
- III - cópia da certidão de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao FGTS;
- IV - cópia do estatuto social ou contrato social do empreendimento familiar rural ou documento análogo;
- V - projeto de venda assinado pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is);
- VI - declaração de que os alimentos a serem entregues são de produção própria;
- VII - relação dos agricultores familiares participantes do projeto de venda, contendo o nome, CAF, valor e alimento;
- VIII - declaração do(s) seu(s) representante(s) legal(is) de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda; e
- IX - documentação em atendimento aos requisitos higiênico-sanitários, conforme o alimento a ser comercializado, nos termos dos arts. 40 a 42.

Na ausência ou desconformidade de qualquer dos documentos necessário à habilitação exigidos nos itens 1 a 4, conforme o caso, poderá ser concedida a abertura de prazo de 05 (cinco) dias para a regularização da documentação, de acordo com o §6º do art. 35 da Resolução FNDE nº 04/2026.

Sem prejuízo do disposto no § 5º, do art. 35 da Resolução FNDE nº 04/2026 é vedada,



após a entrega dos documentos de habilitação, a alteração do quantitativo de associados ou cooperados com CAF Pessoa Física constante do extrato do CAF Pessoa Jurídica que interfira no critério de priorização na seleção do certame.

#### CLASSIFICAÇÃO DOS PROJETOS:

Serão considerados os projetos classificados, aqueles que preencham as condições fixadas nesta Chamada Pública e preenchidos na forma do Anexo I, devendo ser apresentado no sistema.

Cada grupo de fornecedores deverá obrigatoriamente, ofertar sua quantidade de alimentos, com preço unitário, observando as condições fixadas nesta Chamada Pública e no Anexo I.

A relação dos proponentes dos projetos de venda será pública e registrada em ata, ao término do prazo de apresentação dos projetos, na forma do §7º do art. 31 da Resolução FNDE nº 04/2026.

Após a fase de habilitação, a EEx procederá à seleção dos projetos de venda por alimento, conforme definido no edital de chamada pública, observando, obrigatoriamente, duas etapas sucessivas e hierarquizadas, conforme art. 36 da Resolução 04/2026, conforme segue:

Na primeira etapa, os alimentos constantes dos projetos de venda habilitados serão organizados e classificados com base no critério de localidade, observada a seguinte ordem de prioridade:

- I - grupo de projetos de fornecedores locais;
- II - grupo de projetos de fornecedores da região geográfica imediata;
- III - grupo de projetos de fornecedores da região geográfica intermediária;
- IV - grupo de projetos de fornecedores do estado; e
- V - grupo de projetos de fornecedores do País.

Os fornecedores de que trata o item anterior poderão ser enquadrados como:

- I - fornecedor individual local: aquele cujo município indicado no CAF Pessoa Física coincida com o município da EEx;
- II - grupo informal local: aquele cuja maioria simples dos agricultores familiares integrantes possua CAF Pessoa Física no município da EEx;
- III - grupo formal local: aquele cuja maioria simples dos cooperados ou associados vinculados ao CAF Pessoa Jurídica possua CAF Pessoa Física no município da EEx; e
- IV - cooperativa central local: aquela cuja maioria simples dos agricultores familiares vinculados às cooperativas singulares associadas possua CAF Pessoa Física no município da Entidade Executora.

Caso a Entidade Executora não obtenha, no grupo de projetos de fornecedores locais, as quantidades necessárias de determinado alimento, deverá proceder à seleção dos projetos de venda classificados nos grupos subsequentes, observada a ordem de prioridade dos grupos acima.

Após a classificação dos projetos de venda com base no critério de localidade, caso persista mais de um projeto enquadrado no mesmo nível de localidade e a necessidade de seleção entre eles, será aplicada a segunda etapa do processo de seleção.

Na segunda etapa, serão aplicados de forma sucessiva e excludentes, os seguintes





critérios de desempate para seleção dos projetos de venda:

I - projetos que contemplem agricultores familiares assentados da reforma agrária, povos indígenas, comunidades quilombolas, bem como grupos formais e informais compostos por mulheres ou jovens agricultores familiares, não havendo hierarquia entre esses públicos;

II - projetos que contemplem o fornecimento de alimentos orgânicos ou agroecológicos, devidamente comprovados por meio de certificação válida ou por outros mecanismos de garantia previstos na legislação vigente; e

III - projetos organizados sob a forma de:

- a) grupos formais;
- b) grupos informais;
- c) fornecedores individuais; e
- d) cooperativas centrais.

O enquadramento nos critérios previstos na segunda etapa para desempate observará o seguinte:

I - no caso de grupo formal, no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos cooperados ou associados deverão pertencer a pelo menos um dos públicos prioritários previstos no referido inciso;

II - no caso de grupo informal, todos os seus integrantes deverão possuir CAF Pessoa Física e pertencer a pelo menos um dos públicos prioritários previstos no referido inciso; e

III - admite-se a composição mista entre os públicos prioritários, sendo vedada a dupla contagem de agricultor familiar pertencente a mais de um desses públicos.

Os critérios previstos na segunda etapa serão aplicados de forma sucessiva e excludente, passando-se ao critério subsequente apenas na hipótese de empate no critério imediatamente anterior.

Persistindo o empate após a aplicação de todos os critérios, será realizado sorteio ou, havendo consenso entre as partes, poderá ser adotada a divisão do fornecimento.

Caso os fornecedores classificados em determinado nível de prioridade territorial possuam capacidade para atender integralmente às quantidades demandadas no edital de chamada pública, a seleção será encerrada e o processo seguirá para o procedimento de contratação.

#### **AMOSTRAS E CONDIÇÕES PARA FORNECIMENTO:**

Após divulgação final do julgamento e resultado, o proponente classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá, na forma do art. 41, da Resolução FNDE nº 04/2026, apresentar 01 (uma) amostra dos produtos manipulados descrito no item das amostras do termo de referência, para avaliação e seleção do produto a ser adquirido, as quais deverão ser submetidas a análises necessárias, imediatamente após a fase de habilitação, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

Não serão aceitas amostras entregues via correio ou postagem aérea, considerando que os participantes deverão preencher e assinar o protocolo de entrega de amostras.

As amostras deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação – aos cuidados da Nutricionista, na Rua Tucides Moraes, nº: 216-A – Centro, Conceição do Jacuípe – BA, no horário das 08h00min (oito horas) às 13h00min (treze horas), acompanhadas dos documentos elencados no item característica do produto, quando



couber e /ou conforme o caso.

As amostras serão submetidas a todos os testes necessários, inclusive de aceitabilidade, testes esses a serem realizados pela Nutricionista, sendo desconsiderados os projetos de venda cujas amostras não forem aprovadas nos testes, nos respectivos itens.

Durante o fornecimento, as mercadorias serão devolvidas no ato da entrega, se não corresponderem à qualidade exigida na presente chamada e apresentada nas amostras.

As verduras e legumes deverão ser de boa qualidade, com tamanho médio padronizado; As hortaliças deverão estar frescas, inteiras e sãs, no ponto de maturação adequado para consumo; As folhas deverão se apresentar intactas e firmes; Os demais produtos deverão apresentar as condições de qualidade exigidas nesta chamada e para comercialização, e apresentadas nas amostras.

As amostras dos gêneros alimentícios serão submetidas à prévia análise do responsável técnico do Município (Nutricionista), onde será avaliada a embalagem original do fabricante e as fichas técnicas dos gêneros licitados, se necessário; bem como análise quantitativa da embalagem primária e análise qualitativa das características sensoriais e gustativas das amostras apresentadas (Qualidade do produto e aceitabilidade oral para consumo da comunidade escolar) para fins de emissão de parecer técnico no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da apresentação das amostras estipulada no Edital do certame e sua publicação.

As amostras apresentadas deverão ser entregues com etiquetas, apostas em local que não prejudique a identificação dos dados do produto, contendo as seguintes informações: NOME DA EMPRESA FORNECEDORA; MODALIDADE DA LICITAÇÃO; NÚMERO DA LICITAÇÃO.

Somente será analisada para fins de avaliação e emissão do parecer técnico a amostra correspondente a MARCA do produto constante na proposta de preço da Empresa licitante devidamente encaminhada pelo Setor de Licitação do município.

As amostras dos produtos alimentícios devem ser apresentadas em embalagem original do fabricante, exceto os produtos “in natura”, considerando o seguinte quantitativo na sua apresentação:

Gêneros Perecíveis SÓLIDOS: 01 kg de cada item;  
Gêneros perecíveis LÍQUIDOS: 01 unidade de cada item;  
Demais gêneros alimentícios: 01 embalagem original de cada item.

De acordo com a Legislação Brasileira para Rotulagem Geral de Alimentos e Bebidas Embalados – (RDC 259/02 – ANVISA/MS) as informações abaixo são obrigatórias nas embalagens de alimento, exceto os produtos “in natura”:

Denominação de venda do alimento;  
Lista de ingredientes (aditivos);  
Conteúdos líquidos;  
Identificação do lote;  
Prazo de validade;  
Instruções sobre o preparo e uso do alimento, quando necessário;



Registro no órgão competente;  
Cuidados de conservação;  
Nº de Registro no órgão competente;  
Informação nutricional;  
Os produtos alimentícios a base de farinha de trigo, aveia, cevada e centeio devem constar também, a informação: Contém glúten.  
Os produtos alimentícios a base de leite e laticínios devem constar também, a informação:  
Contém lactose.

A declaração do prazo de validade não é exigida para:

Frutas e hortaliças frescas;  
Vinagre;  
Açúcar;  
Sal.

Os produtos de origem animal devem ter o carimbo dos Serviços de Inspeção obrigatórios, podendo ser Federal (SIF), Estadual (SIE) ou Municipal (SIM). Os materiais para embalagem devem ser atóxicos não representando uma ameaça a segurança e adequação do alimento, sob as condições específicas de armazenamento e uso, conforme os regulamentos técnicos específicos, com o objetivo de preservar os Padrões de Identificação e Qualidade do produto;

Órgãos responsáveis pela legislação de alimentos:

ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária)  
MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)  
INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia)

4.14. Em todos os casos, os produtos deverão estar isentos de:

- Substâncias terrosas;
- Sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa;
- Parasitos, larvas, ou outros animais, nos produtos e embalagens;
- Umidade externa anormal;
- Odor e sabor estranhos;
- Enfermidades; e
- Lesões que afetem a sua aparência e utilização.

#### CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO:

A especificação técnica dos gêneros alimentícios ofertados deverá ser a seguinte:

- Denominação de venda do alimento;
- Lista de ingredientes;
- Conteúdos líquidos;
- Identificação do lote;
- Prazo de validade;
- Instruções sobre o preparo e uso do alimento, quando necessário;
- Registro no órgão competente;
- Informação nutricional





As amostras deverão estar acompanhadas dos seguintes documentos, conforme o caso:

- Certificação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), quando necessário;
- Certificado da Vigilância Sanitária/Alvará do participante e do fabricante ou Certificado Fitossanitário de Origem, quando couber.

#### CONDIÇÕES GERAIS:

##### **Local de Entrega**

De acordo com o Anexo II – Termo de Referência, na Secretaria Municipal de Educação de Conceição do Jacuípe - BA.

##### **Período de Fornecimento**

As entregas dos itens alimentícios deverão ser efetuadas QUINZENALMENTE e/ou MENSALMENTE (conforme necessidade), nos dias de segundas e/ou terças-feiras, com data pré-estabelecida pelo Setor de Alimentação Escolar.

##### **Previsão de Quantidade de Gêneros Alimentícios a serem adquiridos**

A quantidade de gêneros alimentícios a serem adquiridos é estimada com base nos cardápios elaborados pela Nutricionista - Responsável Técnico da Prefeitura e executados pelas escolas.

##### **Preço**

O preço de compra dos gêneros alimentícios será o preço determinado por esta Prefeitura, com base na realização de pesquisa de preços de mercado, indicado no ANEXO II, conforme art. 28, caput, da Resolução FNDE nº 04/2026.

Na definição dos preços de aquisição, deverão ser considerados todos os insumos exigidos na presente chamada pública, tais como despesas com frete, embalagens, encargos e quaisquer outros necessários para o fornecimento do produto, na forma do que estabelece o art. 31, §1º da Resolução FNDE nº 04/2026.

O preço de aquisição será o preço médio pesquisado por, no mínimo, três mercados em âmbito local, priorizando a feira do produtor da Agricultura Familiar, quando houver, de acordo com o art. 31, §1º da Resolução FNDE nº 04/2026.

Na impossibilidade da pesquisa ser realizada em âmbito local, esta deverá ser efetuada ou complementada, sucessivamente, nos âmbitos das regiões geográficas imediatas, intermediárias, estadual ou nacional, conforme a divisão regional do Brasil estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, observada a versão vigente à época da pesquisa, consoante o estabelecido no art. 31, §2º da Resolução FNDE nº 04/2026.

Na impossibilidade de realização de pesquisa de preços específica para alimentos orgânicos ou agroecológicos, a EEx poderá acrescer, aos preços desses alimentos, percentual de até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para alimentos convencionais, de forma análoga ao disposto no art. 4º, § 1º, da Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023.

Os preços de aquisição estão definidos pela Prefeitura e serão os preços pagos ao



agricultor familiar, empreendedor familiar rural e/ou suas organizações pela venda do gênero alimentício, e constam nesta Chamada Pública, dispostos no Anexo II, de acordo com o art. 31, §4º da Resolução FNDE nº 04/2026.

O(s) projeto(s) de venda a ser(em) contratado(s) deverá(o) ser selecionado(s) conforme os critérios estabelecidos pelo item CLASSIFICAÇÃO DOS PROJETOS da presente Chamada Pública, conforme o art. 31, §6º da Resolução FNDE nº 04/2026.

### **Contrato**

O(s) projeto(s) de venda selecionado(s) resultará(ão) na celebração de contrato(s) com a Prefeitura, o(s) qual(is) deverá(o) estabelecer os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos desta Chamada Pública e será(o) realizado(s) conforme modelo constante no Anexo III, de acordo com o art. 31 da Resolução FNDE nº 04/2026.

### **Pagamento das faturas**

Os pagamentos decorrentes do fornecimento feito pelo fornecedor da agricultura familiar ou empreendedor familiar rural habilitado, como consequência da comercialização de gêneros alimentícios, serão realizados pelo Município em até 30 (trinta) dias após a entrega.

O pagamento será feito mediante a apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, vedada à antecipação de pagamento, para cada faturamento.

O valor pago anualmente a cada agricultor não poderá exceder a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Nos casos em que o agricultor familiar, o empreendedor familiar rural ou suas organizações ainda não estiverem aptos a receber o pagamento por meio de cartão magnético, será permitido à EEx ou à UEx realizar transferência bancária, por meio da Conta Cartão PNAE.

### **CONTRATAÇÃO:**

Uma vez declarado vencedor, o Proponente Vendedor deverá assinar o Contrato de Compra e Venda de gêneros alimentícios, de acordo com o modelo apresentado no Anexo III.

O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP Familiar/ano/entidade executora, de acordo com o art. 38 da Resolução FNDE nº 04/2026, e obedecerá as seguintes regras:

- Para a comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados deverão respeitar o valor máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por ano civil, por EEx, por CAF.

- Para a comercialização realizada por meio de grupos formais ou EFR, o valor máximo a ser contratado é o resultado da multiplicação do número de associados, cooperados ou integrantes do EFR, com CAF e produção própria, registrados no CAF Pessoa Jurídica, conforme a seguinte fórmula:



$VMC = N \times VIM$ , onde:

- I - VMC: corresponde ao valor máximo de comercialização do grupo formal ou do EFR;
- II - N: corresponde ao número de associados, cooperados ou integrantes do EFR, com produção própria de cada item, com CAF Pessoa Física ativo e vinculado ao CAF Pessoa Jurídica; e
- III - VIM: corresponde ao valor individual máximo de comercialização previsto no caput, do art. 38, da Resolução 04/2026.

Na forma do §4º do art. 38 da Resolução FNDE nº 04/2026, cabe às cooperativas, associações ou EFR que firmarem contratos com a EEx a responsabilidade pelo controle do atendimento ao limite individual de comercialização, nos casos de venda realizada por grupos formais.

Cabe à EEx a responsabilidade pelo controle do atendimento ao limite individual de comercialização, nos casos de venda realizada por grupos informais e por agricultores familiares individuais.

A esta também compete o controle do limite total de comercialização das cooperativas, associações e EFR, nos casos de venda realizada por grupos formais, conforme o estabelecido §4º do art. 38 da Resolução FNDE nº 04/2026.

Os contratos que resultarão da presente Chamada Pública terão prazo de duração da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2026 ou até o término da quantidade adquirida, podendo ser prorrogado por igual período de acordo com o art. 107, da Lei 14.133/2021.

#### RESPONSABILIDADE DOS FORNECEDORES:

Os fornecedores que aderirem a este processo declaram que atendem a todas as exigências legais e regulatórias para tanto e que possuem autorização legal para fazer a proposta, sujeitando-se, em caso de declaração falsa, às penalidades da legislação civil e penal aplicáveis.

O fornecedor se compromete a fornecer os gêneros alimentícios conforme o disposto no padrão de identidade e qualidade estabelecida na legislação vigente e as especificações técnicas elaboradas pela Secretaria Municipal de Educação/Diretoria de Alimentação Escolar - DAE;

O fornecedor se compromete a fornecer os gêneros alimentícios nos preços estabelecidos nesta Chamada Pública, pelo período da data de assinatura do Contrato até 31 de dezembro de 2026 ou até o término da quantidade adquirida, estabelecido no ANEXO II;

O fornecedor se compromete, ainda, a fornecer os gêneros alimentícios para as escolas listadas e nas quantidades indicadas, de acordo com o cronograma a ser expedido pela Secretaria Municipal de Educação/Diretoria de Alimentação Escolar - DAE.

Os produtos alimentícios a serem adquiridos para o alunado do PNAE deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA do Ministério da Saúde – MS e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.



#### FATOS SUPERVENIENTES:

Os eventos previstos nesta Chamada Pública estão diretamente subordinados à realização e ao sucesso das diversas etapas do processo. Na hipótese de ocorrência de fatos supervenientes à sua publicação, que possam vir a prejudicar o processo e/ou por determinação legal ou judicial, ou ainda por decisão da Comissão Julgadora, poderá haver:

Adiamento do processo;

Revogação deste Edital ou sua modificação, no todo ou em parte.

#### DISPOSIÇÕES FINAIS:

A participação de qualquer proponente-vendedor no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretratável dos seus termos, regras e condições, assim como dos seus anexos.

De acordo com o art. 26 c/c 32 da Resolução FNDE nº 04/2026, para divulgação da presente Chamada Pública, será a mesma publicada em jornal de grande circulação local e na forma de mural, em local público de ampla circulação, mediante afixação no Quadro de Avisos na sede da Prefeitura e suas Secretarias, além de divulgar em seu endereço na internet, no Diário Oficial do Município – D.O.M, além de divulgar no DOU – Diário Oficial da União.

Em quaisquer dos casos, se necessário, poderão, ainda, ser utilizadas outras formas de divulgação, como publicação em jornal de circulação regional, ou estadual, ou nacional, ou por meio eletrônico, através de publicação em rádios locais, comuns ou comunitárias, carros de som, dentre outras, sempre que a Prefeitura entender pertinente.

Do aviso publicado constará definição precisa, suficiente e clara do objeto, bem como a indicação do site onde poderá ser lida ou obtida a íntegra do instrumento, e realização da sessão do Chamamento.

De acordo com o parágrafo único do art. 32 da Resolução FNDE nº 04/2026, o edital da presente Chamada Pública deverá permanecer aberto para recebimento dos projetos de venda por um período mínimo de 20 (vinte) dias, contados a partir da publicação do aviso.

Os gêneros alimentícios a serem entregues ao contratante serão os definidos na presente Chamada Pública de compra, podendo ser substituídos quando ocorrer a necessidade e sejam correlatos nutricionalmente. Essa necessidade de substituição deverá ser atestada pelo Responsável Técnico - RT, que poderá contar com o respaldo do Conselho de Alimentação Escolar - CAE.

Quando o valor total de repasse do FNDE para execução do PNAE for superior a R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) por ano poderá optar por aceitar propostas exclusivamente de organizações detentoras de CAF de Pessoa Jurídica, desde que essa condição esteja expressamente prevista no edital de chamada pública, em conformidade com o art. 37 da Resolução FNDE nº 04/2026.

Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Chamada Pública, excluir-se-á o dia do



início e incluir-se-á o do vencimento e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for expressamente disposto em contrário. Os prazos a que se refere este artigo só iniciam e vencem em dia de expediente no Município.

Fazem parte deste Edital de Chamada Pública:

Anexo I – Modelo de Projeto de Venda;

Anexo II – Termo de Referência, Especificações, Quantitativos e Valores de Referência de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar;

Anexo III - Modelo de Declaração de produção própria;

Anexo IV - Modelo de Declaração de limite de CAF; e

Anexo VI - Modelo do Termo de Recebimento.

Anexo VII – Minuta de Contrato.

#### **FORO:**

A presente Chamada Pública é regulada pela Resolução FNDE nº 04/2026, Lei nº 11.947/2009 e Lei nº. 14.133/2021, Decreto Municipal 157/2024, bem como as demais legislações e regulamentos atinentes à matéria, sendo exclusivamente competente o Foro do Município de Conceição do Jacuípe – BA, para conhecer e julgar quaisquer questões dela decorrentes.

Conceição do Jacuípe – BA, 29 de abril de 2026.

LORENA PEDREIRA ROCHA  
Agente de Contratação